

Lei 544/2023

EMENTA: Dispõe acerca da utilização dos recursos do FUNDEF do período de janeiro de 1998 a dezembro de 2000 - objeto do precatório oriundo do processo de nº 0062327-39.2016.4.01.3400 da 20ª Vara Federal do Distrito Federal e dá outras providências.

José Torres Lopes Filho, Prefeito Constitucional do Município de Iguaracy, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e eu SANCIONO o seguinte Ato Normativo.

Art.1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover o rateio do percentual de 60% (sessenta por cento) do valor nominal recebido no precatório oriundo do processo de nº 0062327-39.2016.4.01.3400 da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, em favor dos profissionais do magistério e seus respectivos beneficiários que exerceram a função no período de 01 de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 2000.

§ 1º - Considera-se valor nominal o valor principal, sem incidência de juros e compensação de mora, recebido no precatório decorrente do processo de nº 0062327-39.2016.4.01.3400 da 20ª Vara Federal do Distrito Federal oriundo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região adimplido pela União em favor do Município de Iguaracy-PE.

§ 2º - Os valores rateados em favor dos favorecidos elencados no caput do Artigo 1º desta Lei serão pagos de forma proporcional, observando-se a quantidade de meses de exercício efetivo da função de magistério pelo titular compreendidos entre janeiro de 1998 a dezembro de 2000, conforme relação contida no anexo I do presente Ato Normativo, apurados pela Comissão Especial criada pela Portaria de nº 072/2023 e publicado no diário oficial através da portaria 159/2023.

Art.2º - Os valores pagos em favor dos profissionais e seus respectivos beneficiários que exerceram a função no período de 01 de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 2000 terão natureza indenizatória, cujos valores não serão incorporados à remuneração do servidor titular.

BRAZIL - Um grande número de imigrantes que
residem no UNDPE devido à sua localização
no Rio Grande do Sul é objeto de atenção
desenvolvida através da iniciativa
Federativa do Paraná Federal e outras
instituições.

Na tarde de hoje, o Conselheiro Municipal de Imigração
do Conselho de Cidadania, que é o Conselho
de Segurança Alimentar e Rural (CONAR),

ANALISOU - Foi o Conselho Municipal de Imigração
que realizou uma reunião para discutir os procedimentos
de atendimento ao imigrante que vive no Rio Grande do Sul.
A reunião contou com a participação de representantes
da Federação dos Imigrantes do Rio Grande do Sul (FEDERES) e
representantes da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

2.º - Considerando a situação atual da imigração, seu impacto social e econômico
na região, foi criado o Conselho de Imigração de São Leopoldo, que é composto por
25 membros, sendo 10 da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 10 da FEDERES e 5
representantes das entidades que integram o Conselho.

3.º - O Conselho de Imigração é composto por 10 membros, sendo 5 da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 5 da FEDERES e 5 representantes das entidades que integram o Conselho.
O Conselho de Imigração é responsável pela elaboração de políticas públicas para a imigração e
por promover a integração social e econômica dos imigrantes.

4.º - O Conselho de Imigração é responsável por elaborar
políticas públicas para a imigração e promover a integração social e econômica dos imigrantes.



Art. 3º - Os juros e compensações de mora decorrente do crédito judicial que se funda o presente Ato Normativo têm natureza indenizatória em favor do Município de Iguaçacy-PE, não se sujeitando a vinculação específica do valor principal.

Art. 4º - Fica autorizada abertura de crédito extraordinário para contabilizar as despesas decorrentes do presente Ato Normativo.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Iguacacy, 05 de junho de 2023.

José Torres Lopes Filho

Prefeito
José Torres Lopes Filho
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
CPF 457.333.000-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARACY
CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude da Faculdade, que
me é conferida, que a cópia do (a) Lei 5441/23
foi PUBLICADA no quadro de avisos no
Hall de entrada desta Prefeitura no período

de 05/06/23 a 04/07/23

O referido é verdadeiro

Iguacacy 05 de junho de 2023

José Jairon Lopes Filho
Agente Administrativo Mat. 352
CPF: 183.663.704-00

ANEXO 3º - Os fins e propósitos de suas decisões são os seguintes:
a) Executar o que o Poder Legislativo determinar, ou
b) Executar o que o Poder Executivo determinar, ou
c) Executar o que o Poder Judiciário determinar.

ANEXO 4º - Faz distinção entre aqueles que contribuem ao despesa
governamental do presente Anexo:

ANEXO 5º - As perdas que resultam da sua publicação, levando-se em consideração

Introdução ao Anexo de 2023

João Tomás Pires Filho
Prefeito

Assunto: Introdução ao Anexo de 2023

Caro Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário,

Este é o Anexo de 2023, que contém

informações sobre a estrutura organizacional e funcional

do Poder Executivo, bem como a estrutura organizacional

e funcional do Poder Judiciário e Poder Legislativo.

O Anexo de 2023 é destinado a informar os órgãos

que compõem o Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo

sobre a estrutura organizacional e funcional do Poder Executivo.

O Anexo de 2023 é destinado a informar os órgãos

que compõem o Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo

sobre a estrutura organizacional e funcional do Poder Executivo.

O Anexo de 2023 é destinado a informar os órgãos

que compõem o Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo

sobre a estrutura organizacional e funcional do Poder Executivo.

O Anexo de 2023 é destinado a informar os órgãos

que compõem o Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo